

Circular N.º. C-DRE/2014/14

DATA 1 de Julho de 2014

Para:	
<input type="checkbox"/> Todas as unidades orgânicas.....	<input type="checkbox"/> Escolas Profissionais.....
<input checked="" type="checkbox"/> E.B.I.....	<input type="checkbox"/> Escolas Particulares, Cooperativas e Solidárias
<input checked="" type="checkbox"/> E.B.S.....	<input checked="" type="checkbox"/> I.R.E.....
<input checked="" type="checkbox"/> E.S.....	<input type="checkbox"/> Sindicatos.....
<input type="checkbox"/> Conservatórios Regionais	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Escola Profissional das Capelas	

ASSUNTO: MANUAIS ESCOLARES/AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Considerando as questões levantadas sobre a aplicação do regime de empréstimo de manuais escolares definido no Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de junho, e a aplicação do regime de Ação Social Escolar no que concerne também a manuais escolares, informa-se:

1. Ensino Básico (1.º e 2.º ano do 1.º ciclo)

1.1. Em conformidade com a Orientação n.º 4/2010, de 12 de março, do Governo Regional dos Açores, são disponibilizados aos alunos beneficiários de Ação Social Escolar os manuais escolares obrigatórios (Português, Matemática e Estudo do Meio), devendo o seu valor ser deduzido da comparticipação de Ação Social Escolar a que têm direito.

Devido às suas especificidades, estes manuais não estão sujeitos a devolução.

2. Ensino Básico (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo)

2.1 Os alunos a frequentar os anos de escolaridade referidos podem beneficiar do empréstimo de manuais escolares nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de junho, nos seguintes termos:

- Os alunos não beneficiários de Ação Social Escolar (escalão V) estão sujeitos ao pagamento de uma caução de 20% sobre o preço de capa do manual emprestado. A caução será restituída após a devolução dos manuais na data prevista e desde que os mesmos se apresentem em condições de reutilização;
- Os alunos beneficiários de Ação Social Escolar estão isentos do pagamento da caução, estando no entanto obrigados à devolução dos manuais em condições de reutilização.

*Tramite entregue
03/07/14
ff
- Após de ouvido em
a encerrar.*

3. Ensino Secundário

3.1 Tendo presente que de acordo com a calendarização definida no Despacho n.º 1012/2012, de 10 de julho, o empréstimo de manuais ainda não abrange os alunos deste grau de ensino, os beneficiários de Ação Social Escolar poderão usufruir da disponibilização de manuais nos termos do regime de Ação Social Escolar:

- a) Mediante dedução do valor dos manuais novos emprestados, na comparticipação a que têm direito;
- b) Até ao limite da comparticipação a que têm direito;
- c) Sujeitos a devolução em condições de reutilização.

3.2 Os alunos não beneficiários de Ação Social Escolar só poderão beneficiar do empréstimo de manuais, caso se verifique disponibilidade no fundo bibliográfico no final do processo de empréstimo.

4. Contrato de comodato

4.1 Os alunos que beneficiam do empréstimo de manuais, no âmbito do regime de empréstimo ou no âmbito do regime de Ação Social Escolar, estão sujeitos a um termo de responsabilidade na forma de contrato de comodato.

5. Devolução dos manuais escolares

5.1 Os manuais que sejam propriedade da unidade orgânica (adquiridos ou comparticipados na íntegra), estão sujeitos a devolução no final do ano letivo ou no final do prazo estabelecido para o empréstimo.

5.2 No caso de um programa escolar de determinado ano de escolaridade se prolongar por algum tempo no ano de escolaridade seguinte, compete à unidade orgânica disponibilizar alguns dos manuais devolvidos para uso na sala de aula.

5.3 Os alunos que não devolvam os manuais ou os devolvam em más condições ficam sujeitos à suspensão do empréstimo por dois anos letivos, aplicando-se manual a manual.

6. Diversos

6.1 As unidades orgânicas só devem adquirir manuais após esgotarem os recursos existentes no fundo bibliográfico;

6.2 Todos os manuais que sejam propriedade da unidade orgânica devem ser inventariados na conta 4.2.3.1.1;

6.3 A despesa inerente à aquisição de manuais inventariáveis (do 3.º ano de escolaridade ao 12.º ano de escolaridade) tem de ser processada na aplicação SIAGAP, na rubrica 02.01.20, produto 02.01.20_111;

6.4 A despesa inerente à aquisição dos manuais do 1.º e 2.º ano de escolaridade, tem de ser processada na rubrica 02.01.16, produto 02.01.16_008;

6.5 A caução depositada pelos alunos não beneficiários de A.S.E. deve ser registada como uma operação de tesouraria, separadamente dos outros tipos de cauções e identificada claramente por aluno;

6.6 O valor das cauções não devolvidas constitui uma receita de tesouraria, tendo que se efetuar o abate dos manuais não devolvidos ou devolvidos em más condições, no inventário.

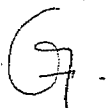
7. Comparticipação em material escolar

7.1 Para os alunos beneficiários de Ação Social Escolar aderentes ao sistema de empréstimo, no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de junho, a comparticipação a que têm direito para manuais e material escolar, fica disponível só para material escolar, a atribuir com ponderação e de acordo com a prioridade e periodicidade estabelecidas pelo Conselho Administrativo da unidade orgânica.

Fica sem efeito a circular C-DRE/2012/20, de 5 de setembro.

Angra do Heroísmo, 1 de Julho de 2014

A DIRETORA REGIONAL



MARIA DA GRAÇA LOPES TEIXEIRA